

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.528.835 - SP (2019/0180643-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **VIP TRANSPORTES URBANO LTDA**
ADVOGADOS : **MARCOS ANDRE PEREIRA DA SILVA - SP161014**
 : **DANIELA ARICÓ HAUSCH - SP234350**
AGRAVADO : **ARTUR FERNANDES DE ASSIS**
AGRAVADO : **CAROLINA FERNANDES DE ASSIS**
AGRAVADO : **ANTONIO FERNANDES DE ASSIS NETO**
AGRAVADO : **MARTA FRANCISCA DE ASSIS**
ADVOGADO : **SÉRGIO CARDOSO DOS SANTOS - SP095918**
INTERES. : **COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS - EM LIQUIDAÇÃO**
REPR. POR : **MARCIA REGINA CALVANO MACHADO - LIQUIDANTE**
ADVOGADO : **RAFFAEL NOBUO TANAKA SCADUTO - SP391161**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ÔNIBUS. PERMISSONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. COMPROVAÇÃO DA CULPA CONCORRENTE. INVERSÃO. ANÁLISE DE FATOS E PROVAS. VEDAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. REDUÇÃO DO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. IMPOSSIBILIDADE. *QUANTUM* FIXADO COM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. PENSIONAMENTO MENSAL. DEPENDÊNCIA. FAMÍLIA DE BAIXA RENDA. PRESUNÇÃO RELATIVA. SÚMULAS N. 7 E 83/STJ. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. EVENTO DANOSO. SÚMULA N. 54/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Marta Francisca de Assis, Antônio Fernandes de Assis Neto, Carolina Fernandes de Assis e Artur Fernandes de Assis ajuizaram ação de indenização por danos morais e materiais contra VIP - Transportes Urbano Ltda. – permissionária de serviço público –, alegando, em síntese, que, no dia 18/8/2010, Celio Fernandes de Assis, marido da primeira autora e pai dos demais demandantes, estava dirigindo pela Rua João Batista de Godoy, e ao realizar uma curva à direita, colidiu frontalmente com o veículo da empresa ré, que vinha pelo meio da via, vindo a falecer no local dos fatos.

A sentença julgou improcedentes os pedidos formulados pelos autores e extinguiu, sem resolução do mérito (art. 267, VI, do CPC/1973), a lide secundária –

denúnciação da lide.

Interposta apelação pelos autores, e recurso adesivo pela ré, a Vigésima Nona Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por maioria de votos, deu parcial provimento ao recurso e não conheceu do adesivo, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 464):

Acidente de Trânsito. Indenização por danos materiais e m morais - Responsabilidade Civil Extracontratual de Permissionária de Serviço Público pautada pela Teoria do Risco Administrativo. Inadmissibilidade da responsabilização objetiva — Prova coligida aos autos deu conta de que tanto a vítima, como o preposto da ré, contribuíram para a ocorrência do acidente relatado nos autos. — A vítima, em virtude de seus reflexos estarem comprometidos, por ter ingerido bebida alcoólica — O preposto da ré por trafegar pelo meio da via pública, sem respeitar a passagem do veículo conduzido pela vítima, que trafegava pela pista contrária à sua mão de direção — O Motorista do coletivo deveria ter parado o seu conduzido para ceder passagem ao veículo conduzido pela vítima. — Velocidade excessiva do veículo conduzido pela vítima que não foi demonstrada — Concorrência de causas (culpa concorrente) reconhecida. Destarte, e considerando os danos sofridos pelos autores, a empresa ré tem o dever de indenizá-los, *ex vi* do que dispõem os arts. 186 e 917, do Código Civil. Porém, não em sua totalidade — Inteligência do art. 945, do Código Civil - Pensão mensal devida aos filhas da vítima — Vínculo empregatício demonstrado — Pensão devida à razão de 1/3 do salário líquido recebido — Nas hipóteses de famílias de baixa renda, como a dos autores, existe a presunção de auxílio mútuo, notadamente em razão da dificuldade da sobrevivência da família com o salário de apenas um dos componentes do núcleo familiar, motivo pelo qual não há que se falar em redução da fração fixada — Décimo terceiro salário que integrava os rendimentos da vítima assalariada e, portanto, devem ser considerados como abrangidos no pedido deduzido na inicial e, via de consequência, considerados para fixação da pensão — Pedidos que devem ser interpretados de forma estrita, porém, uns em relação aos outros, extraindo-se, com isso, a unidade de propósito do requerente — Precedentes do C. STJ — Pensão, correspondente a 1/6 dos vencimentos da vítima devida até os seus dependentes completarem 25 anos e à viúva até data considerada pelo IBGE como expectativa de vida, assegurado o seu direito de acrescer à sua quota, da pensão dedicada aos filhos, após a cessação da benesse a eles. Pensões vincendas — Autores devem ser incluídos na folha de pagamento da empresa ré — No tocante às pensões vencidas, o montante será apurado em sede de cumprimento de sentença, com observância das Súmulas n 54 e 43, ambas do C. STJ. — Dano moral puro, cuja comprovação é dispensável em razão da própria situação evidenciada nos autos — Valor fixado em consonância com o princípio da razoabilidade. Em caso de morte de ente familiar próximo, ofensa moral das mais violentas, o C. Superior Tribunal de Justiça tem considerado adequada a fixação de indenização entre 100 a 500

Superior Tribunal de Justiça

salários mínimos Indenização fixada, reduzida pela metade, face ao reconhecimento da culpa concorrente - Procedência da lide secundária em razão da ausência de pretensão resistida — Recurso dos autores parcialmente provido e recurso adesivo não conhecido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 573-576).

No recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, a VIP - Transportes Urbano Ltda. alegou, além de divergência jurisprudencial, violação dos:

a) arts. 371, 373 e 489 do CPC/1973, asseverando que a culpa exclusiva do motorista não ficou demonstrada; 186, 734, 735, 927 e 932 do Código Civil; 2º do Código de Defesa do Consumidor, apontando a ausência de responsabilidade da permissionária, na medida em que o evento danoso ocorreu por culpa da vítima, que estava em estado de embriaguez e com reflexos diminuídos; destacando ser indevido o pensionamento mensal, pois não comprovação da dependência econômica dos recorridos;

c) 944, parágrafo único, e 945 do Código Civil, pois além de indevida a indenização por dano moral, em razão da culpa concorrente, o *quantum* estabelecido mostra-se de desproporcional;

d) 402 e 403 do Código Civil, perfilhando que os juros moratórios devem fluir a partir da data do arbitramento.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 796-801).

Juízo negativo de admissibilidade (e-STJ, fls. 810-813).

Brevemente relatado, decido.

De início, verifico que o recurso foi interposto na vigência do novo Código de Processo Civil. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto. Portanto, aplica-se, na hipótese, o Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário desta Casa em 9/3/2016, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Dito isso, o Tribunal estadual, ao dirimir a controvérsia, concluiu pela responsabilidade da permissionária em concorrência com a da vítima do acidente de

Superior Tribunal de Justiça

trânsito e fixou o valor da indenização e seus consectários nos seguintes termos (e-STJ, fls. 467- 488, sem grifos no original):

[...] In casu, a empresa ré é permissionária de serviço público e dentre suas atribuições, nos termos em que postos na transcrição doutrinária acima efetuada, está o transporte coletivo urbano, efetuado por meio de ônibus.

Outrossim, necessário pontuar que a permissionária do serviço público, tal como o Estado, responde objetivamente pelos danos causados a usuários e terceiros.

[...] A jurisprudência, adotando tal entendimento, vem se pronunciando, conforme julgado publicado em RT 730/93 pela negação da responsabilidade objetiva da Administração Pública ou do risco integral, para adoção da chamada teoria do risco administrativo.

[...] De fato, visto que as relações de trânsito têm por fundamento, o princípio da confiança que "consiste em que cada um dos envolvidos no tráfego pode esperar dos demais conduta adequada à regras e cautelas de todos exigidas" (Sergio Cavalieri Filho - ob. citada - pg. 58).

Destarte, dependendo do que for definido como 'situação-modelo' caberá à vítima ou lesado demonstrar que no âmbito de atuação da permissionária, sofreu danos, e que tais danos guardam nexo de causalidade com a atividade do transporte coletivo urbano.

De outro lado, caso a situação tida como modelo, fizer crer, em tese, na culpa do preposto da ré, à permissionária incumbirá demonstrar que a conduta de seu preposto não foi a causa determinante do acidente, ou mesmo alguma outra causa excludente de responsabilidade, como, e.g., a culpa exclusiva da vítima.

Isso assentado, e adentrando no mérito da controvérsia, verifica-se que a situação modelo, tal como referido na doutrina transcrita nos parágrafos imediatamente anteriores, faz crer na culpa do preposto da ré.

Isto porque restou demonstrado pela perícia técnico-científica que o coletivo realizava seu trajeto, sentido bairro-centro, pela meio da Rua João Batista de Godoy, vale, dizer, com a parte esquerda do ônibus sobre a faixa de rolamento pela qual trafegava a vítima, em sentido contrário.

Neste sentido, sobre a dinâmica do acidente, consta do laudo que 'A perícia afirma que os veículos trafegavam pela pista em sentidos opostos de tráfego, quando o fusca, ao realizar a curva à direita para entrar na R. João Batista de Godoy, colidiu frontalmente com o ônibus que vinha pelo meio da via. O motorista do ônibus tentou evitar o acidente aplicando os freios mas não conseguiu impedir a colisão.'

Logo, de rigor concluir que momentos antes de colidir com o veículo da

vítima, o preposto da ré trafegava na faixa de rolamento contrária à sua mão de direção.

Destarte, a dinâmica do acidente, evidenciada pela prova pericial produzida, revela o desrespeito das normas de trânsito pelo preposto da ré.

Superior Tribunal de Justiça

O Código de Trânsito Brasileiro, tipifica, como infração grave, o trânsito "pela contramão de direção em vias com duplo sentido de circulação (...) respeitada a preferência do veículo que transitar em sentido contrário" (art. 186, I, CTB).

O art. 29, XII, § 2º, CTB, por sua vez, estabelece que 'os veículos de maior porte serão sempre responsáveis pela segurança dos menores, os motorizados pelos não motorizados e, juntos, pela incolumidade dos pedestres.'

In casu, o conjunto probatório não deixa dúvidas quanto ao descumprimento, pelo preposto da ré, das regras de trânsito supracitadas, o que é suficiente para lhe atribuir o estado de culpa, segundo a presunção que decorre da situação modelo.

De fato, tratando-se de veículo de grande porte, cujo condutor deveria conhecer com propriedade a via por onde transitava, em razão do itinerário rotineiro da linha, e diante de situação anômala, provocada pela sequência de veículos estacionados à sua direita, forçoso concluir que o motorista do coletivo deveria empreender atenção especial naquele trecho, reduzindo a marcha e progredindo com cautela.

Realmente, máxime considerando que, logo à frente do coletivo, havia curva acentuada à esquerda, situação que, somada à falta de iluminação adequada, cf. apontado pelo laudo a fls. 30, 'causava dificuldade de visibilidade aos motoristas'.

No mais, como bem apontado pela D. Procuradoria Geral de Justiça, "o motorista do coletivo estava na posição mais alta da via pública (há uma referência de declive na parte onde trafegava o fusca), certo, ainda, que sendo um coletivo - portanto, veículo mais alto - tinham plena e melhor visibilidade das condições da via, e de quem vinha em sentido contrário" (fls. 403).

[...]

Prosseguindo, observa o ilustre autor que 'para aferir a responsabilidade civil pelo acidente, o juiz deve retroceder até o momento da ação ou da omissão, a fim de estabelecer se esta era ou não idônea para produzir o dano. A pergunta que, então se faz é a seguinte: a ação ou omissão do presumivelmente responsável era, por si mesma, capaz de normalmente causar o dano?' 'Analisando-se a controvérsia à luz de tais considerações doutrinárias, a conclusão que se impõe é a de que o preposto da requerida é quem tinham melhores condições de evitar o acidente, caso conduzisse o coletivo com mais prudência.

É certo que não se poderia esperar, corno anotado pelo Juízo *a quo*, que o 'o motorista do ônibus aguardasse que todos os veículos fossem retirados das laterais da via para que passasse inteiramente na pista destinada à sua mão." (fls. 334v).

Todavia, era de se esperar que o motorista do coletivo fosse mais prudente diante do cenário adverso, e em sendo mesmo necessário invadir parte da faixa de rolamento em sentido contrário, deveria progredir com seu conduzido com especial cautela naquele trecho da via, em velocidade que lhe permitisse a frenagem imediata e exitosa do veículo de grande porte, assim que constataste o tráfego de veículo em sentido contrário.

In casu, a prova dos autos, notadamente a perícia, ao analisar tacógrafo acostado a fls. 28, atesta que o coletivo trafegava a aproximadamente 30 km/h (fls. 30).

Não obstante, observou que 'foram observadas marcas de frenagem com 1,5 m de extensão, na direção e posição relacionadas com o ônibus periciando, um dos veículos envolvidos no acidente de trânsito em questão.' (fls. 29).

Adiante, a perícia apontou que 'O motorista do ônibus tentou evitar o acidente aplicando os freios mas não conseguiu impedir a colisão.' (fls. 30).

Logo, de rigor concluir que o preposto da ré não estava trafegando em velocidade compatível com a manobra arriscada que pretendia fazer e também com as demais circunstâncias adversas do local.

De fato, do contrário, conseguiria estancar a marcha de imediato.

Dúvida não há, portanto, que as provas produzidas nos autos apontam para a culpa do preposto da requerida.

Isto posto, e reiterando o teor da transcrição doutrinária acima efetuada, forçoso convir que a ré não logrou demonstrar seria e concludentemente que contra a aparência, que faz surgir a presunção em favor dos autores, não ocorreu culpa de sua parte.

De fato, não conseguiu demonstrar a alegada velocidade excessiva da vítima, que poderia funcionar, *in casu*, como excludente de responsabilidade.

Veja-se que apenas os depoimentos do condutor do coletivo (fls. 278) e do respectivo cobrador (fls. 279) fazem referência a tal fato.

Todavia, são depoimentos isolados e que devem ser admitidos com ressalvas, em razão do vínculo empregatício com a requerida.

Com efeito, não há elementos concretos que forcem a admitir que o veículo conduzido pela vítima trafegava em alta velocidade, sobretudo considerado que se tratava de um fusca, que transportava 4 homens adultos e seguia seu trajeto em aclave acentuado.

No mais, é certo que o exame necroscópico (fls. 302), em amostras de sangue e urina da vítima, foi positivo para 'álcool etílico na concentração de 2,0g/l'.

De fato, é incontroversa a imprudência daquele que após o uso de bebida alcoólica, opta, voluntariamente, por dirigir.

Todavia, in casu, a requerida não fez prova do nexo de causalidade entre a embriaguez e o evento danoso.

Em verdade, nada há nos autos a indicar que a diminuição dos reflexos provocados pela bebida tenha contribuído para a consumação do acidente.

Em outras palavras, a prova coligida aos autos, à luz dos dispositivos legais e das considerações doutrinárias supra aludidos, a conclusão que se impõe, com devida vênia, é a de que **a embriaguez da vítima não foi a causa determinante do acidente objeto desta ação.**

Outrossim, o cenário fático não permite afirmar em culpa concorrente da vítima.

Ante o exposto, e constatada, sob o ponto de vista deste relator, a culpa do preposto da requerida na condução do coletivo, a empresa ré, preservada a convicção do julgador de primeiro grau, tem o dever de indenizar os autores, ex vi do que dispõem os arts. 186 e 927, do Código Civil.

B) Sucede, porém, que o Eminentíssimo Desembargador Fábio Tabosa, integrante da C. Turma Julgadora, na qualidade de Terceiro Juiz, divergiu do posicionamento deste relator, asseverando, de início, que não há porque se apegar ao tema da embriaguez da vítima, máxime tendo em conta que na r.

sentença, a questão não foi utilizada como fundamento central, mas, sim, como reforço de argumentação.

Ademais, consignou que não houve controvérsia regularmente formada a respeito.

De fato, "a contestação da empresa de ônibus e bem assim a da seguradora nada alegaram a respeito, vindo a notícia sobre a concentração de álcool em laudo necroscópico tardiamente juntado aos autos, já no curso da instrução (fl. 302)".

Prosseguindo, observou o Eminentíssimo Desembargador Terceiro Juiz que "de todo modo, a notícia do estado etílico é coerente para com as circunstâncias do acidente, que evidenciam injustificável descontrole do veículo particular pelo motorista falecido no local, familiar dos autores.

Observo que, ao contrário do que afirmado pelas testemunhas do autor (informantes, fls. 275/276) que estavam no veículo, não havia curva alguma no local do fato, desenvolvendo-se a rua João Batista de Godoy em linha reta. Por outro lado, diversamente do que conjecturou a narrativa do laudo do Instituto de Criminalística (fl. 30), não houve qualquer ingresso do Fusca em tal via naquele momento. Na verdade, este veículo já trafegava por essa rua, em sentido oposto ao ônibus, como, aliás, deixaram claro os seus ocupantes.

Feitas essas ressalvas, pondero que a notícia de que o ônibus estivesse "no meio da via", como disse o laudo, deve ser sopesada com a devida cautela.

Pelo seu motorista e pelo cobrador foi afirmado que havia carros estacionados junto à guia ao longo da pista percorrida pelo ônibus, obrigando-o a transitar no espaço proporcionado por esses carros, ou seja, mais próximo do eixo central.

A existência de tais veículos foi confirmada pela testemunha dos autores, Thiago Sakamoto dos Santos (fls. 275).

Ora, ainda que por conta disso, tenha o ônibus chegado a tangenciar o eixo central, ou mesmo ingressado em pequena margem na pista contrária (acresça-se que ao que consta se tratava de via sem sequer contar com sinalização de solo pintada), simplesmente não haveria no caso, exigibilidade de conduta diversa, pelo fato consumado da obstrução de parte da faixa de tráfego e por ser aquela a trajetória necessária.

Mais importante, ao que me parece, é verificar em que medida isso possa ter contribuído em termos casuais para o evento.

Em minha opinião, respeitada visão do douto Relator, nada contribuiu.

Com efeito, a análise do tacógrafo mostrou que o ônibus transitava a 30 km/h no momento do acidente.

Portanto, o motorista agiu com prudência em face da situação anormal enfrentada.

Por outro lado, os croquis do laudo do Instituto de Criminalística 31) e do boletim de ocorrência da Polícia Militar (fl. 296), além das próprias fotos do local (fls. 32 e seguintes) - em que pese a pouca nitidez - permitem ver havia espaço suficiente para a passagem do Fusca.

Mais ainda; o estado em que ficou o veículo, com a dianteira inteiramente destruída, sugerem, fortemente, ao contrário do douto voto condutor, e de par com a consideração da velocidade reduzida do ônibus, que estivesse, sim, o carro particular em velocidade

elevada. É muito difícil imaginar que, fosse sua velocidade equivalente à do ônibus, por exemplo, se fosse chegar a um grau de destruição como o provocado e também ao óbito instantâneo do motorista.

Outro aspecto que chama a atenção e a meu ver decisivo para corroborar a impressão de descontrole do veículo é a posição do Fusca. Não houve, ao contrário do que disseram as testemunhas, uma tentativa de desvio do ônibus, quando os dois veículos se viram frente a frente. O veículo particular, na verdade, saiu de seu eixo, pelo qual passaria incólume, e foi em direção ao ônibus.

"Embicou" em direção ao ônibus.

As fotos mostram isso. A posição de imobilização do carro foi em diagonal, virado para o ônibus, não com a frente em direção da guia à direita do condutor, como seria próprio de um motorista tentando evitar a colisão. Em verdade, ele convergiu para a trajetória do ônibus, bloqueando-a, e nessa condição não teria o motorista o que fazer.

Assim, com a devida vênia, entendo de fato caracterizada a culpa exclusiva do condutor do Fusca, marido e pai dos autores, e, conquanto lamentável, sob todos os aspectos, a tragédia, confirmo a r. sentença de improcedência, NEGANDO PROVIMENTO o recurso, deles, autores.

Por outro lado, quanto ao recurso adesivo, entendo não deva ser conhecido, por motivo distinto do apontado pelo nobre Relator (que, em coerência para com seu voto, dava por prejudicado o inconformismo).

O fato é que não se mostra ele admissível no caso. A adesividade pressupõe decisão parcial de procedência, e reciprocidade no tocante aos recorrentes principal e adesivo. Não é o que ocorre no caso.

A demanda foi julgada totalmente improcedente, e disso recorrem os autores. A ré -denunciante, por seu turno, não apela em face dos autores, mas, sim, da seguradora -denunciada, por não concordar com o pagamento de honorários em favor dela.

Portanto, o recurso adesivo não é voltado contra quem apela contra a ré, mas, sim, se volta contra matéria totalmente distinta, referente a outra demanda (aquela entre denunciante e denunciada).

Portanto, incabível o recurso adesivo. Deveria a ré, se o caso, recorrer em caráter principal, no tocante à denunciada.

Não conheço do recurso adesivo, dessa forma"

C) Ante a divergência apresentada, e, em face do resultado do julgamento não ter sido unânime, foi procedido o julgamento ampliado, nos termos do art. 942, do CPC, com vista aos Em. Desembargadores Carlos Dias Motta e Maria Cristina Almeida Bacarim, respectivamente, Quarto e Quinto Juízes.

O Eminentíssimo Desembargador Quarto Juiz, acompanhou a divergência apresentada pelo Terceiro Juiz, Desembargador Fábio Tabosa.

Todavia, a maioria, integrada pela Eminentíssima Desembargadora Segunda Juíza, acompanhou a divergência parcial, apresentada pela Em. Des. Maria Cristina Almeida Bacarim, Quinta Juíza, que saiu-se vencedora, nos seguintes termos:

"Como bem salientou o Ilustre Relator, "o que se verifica em matéria de responsabilidade é o progressivo abandono da regra 'actori incumbit probatio', no seu sentido absoluto, em favor da fórmula de que a prova incumbe a quem alega contra a normalidade, que é

válida tanto para a apuração de culpa como para a verificação da causalidade. A noção de normalidade se juntam, aperfeiçoando a fórmula, as de probabilidade e de verossimilhança que, uma vez que se apresentem em grau relevante, justificam a criação das presunções de culpa", (fl. 07 do brilhante voto n. 5057, citando "Responsabilidade Civil e sua interpretação Jurisprudencial, Rui Stoco, p. 47/48 - grifos meus).

Creio, com o devido respeito, que não se pode simplesmente desconsiderar a embriaguez do condutor do fusca, esposo e genitor dos autores.

Com efeito, a dosagem constatada (2 g/l ~ laudo necroscópico a fl. 302) permite a conclusão de que os reflexos da vítima estavam, efetivamente, comprometidos. A constatação é científica.

A situação limítrofe em questão (saber quem invadiu a contramão de direção numa curva não pode desconsiderar essa perda de reflexos do condutor imprudente. A vítima não poderia conduzir o veículo com tal dosagem alcoólica, em hipótese alguma.

Nesses termos, quem alega contra a normalidade das coisas deve provar. Daí que imputar o ônus ao réu de provar que a embriaguez influiu diretamente no evento, a mim me soa pouco razoável. Ao revés, creio que seria dos autores a prova de que mesmo embriagado o esposo e genitor, motorista do Fusca, conduzia o veículo em velocidade compatível e na sua própria faixa de direção.

Em termos de nexo de causalidade, ainda que se desconsiderasse esse fato (da diminuição dos reflexos da vítima), e partindo do que ordinariamente acontece, afigura-se muito verossímil que um fusca (o qual não possui estabilidade alguma, fato notório), ao realizar uma curva à direita, mesmo em baixa velocidade (fato também não comprovado), pudesse ter invadido a contramão de direção, por mínima que fosse. A batida foi na lateral frontal do ônibus (vide fl. 32). A esse fato acrescente-se que o fusca estava a 1 metro da guia da calçada após a colisão (vide laudo a fl. 30/31).

Nessas circunstâncias, não é possível simplesmente desconsiderar o que disse o cobrador do ônibus, único que seria um pouco mais isento, no meu sentir, para falar a respeito dos fatos (a testemunha Maria Martins pouco acrescentou, apesar de estar sentada dentro do coletivo no momento do acidente - fl. 277). O cobrador Valdemar José Luiz (fl. 279) salientou a existência de veículos estacionados à direita do ônibus e atestou que o fusca invadiu a contra mão de direção.

Não se perca de vista que as testemunhas dos autores foram ouvidas como informantes porque eram muito amigos da família e da vítima e estavam com ela no momento do acidente.

Diante desse quadro, não há como desconsiderar, com todo respeito, a culpa a vítima.

No meu sentir, tampouco se poderia dizer que a culpa foi exclusivamente da vítima.

A foto do local (fl. 32 e seguintes), a distancia apurada pela perícia técnica entre a traseira do ônibus e a guia direita da pista (3 metros — fl. 31: a parte da frente foi jogada para o lado direito no momento antes da colisão, como atestou o próprio condutor do coletivo e ficou a 2 metros da guia) permite-nos concluir que no espaço livre carroçável não passariam dois veículos ao mesmo tempo, porque se tratava de uma curva (fato incontroverso).

Superior Tribunal de Justiça

Aqui, com todo respeito, divirjo parcialmente do Douto Desembargador 3º Juiz, a quem tenho profunda admiração e respeito, cujas lições dignificam esse Egrégio Tribunal de Justiça.

Os dois veículos ao mesmo tempo não passariam por aquele espaço: uma curva, com veículos estacionados de um dos lados da pista; um ônibus, que ao realizar a curva não consegue se manter totalmente alinhado em sua faixa de direção. Alguém tinha que ter parado ali. E era obrigação do ônibus parar, ex vi do disposto no artigo 29, XII, §2º, do CTB.

As marcas de frenagem na pista bem indicam que o motorista do ônibus **tentou parar**.

O cobrador atestou que o motorista do ônibus "se limitou a frear o veículo" (fl. 279). Mas não se sabe se efetivamente parou totalmente antes de ser atingido ou de atingir o fusca. Pelo que ordinariamente acontece, tratando-se de uma curva, sem iluminação (laudo a fl. 29), difícil crer que o ônibus tivesse parado totalmente. Daí porque o ônus da prova é do réu (que alega contra a normalidade), de provar que o veículo estava efetivamente parado no momento do acidente. Essa prova, porém, não consta dos autos. Ao revés, a própria testemunha Maria Martins, passageira do ônibus, não pôde atestar esse fato.

A conclusão é a seguinte: a culpa foi da vítima, por certo. Mas não se pode afirmar que foi exclusivamente dela. As provas constantes dos autos apontam para a culpa concorrente do motorista do ônibus, que trafegava pelo meio da pista e que deveria ter parado totalmente o coletivo e ceder passagem ao Fusca na curva.

As duas condutas (ônibus pelo meio da pista sem conseguir frear totalmente e Fusca invadindo um pouco a contra mão, por certo com os reflexos do seu motorista comprometidos para evitar a batida) estabeleceram o nexo de causalidade com o dano (acidente e morte), não se podendo dizer que sem a conduta do outro o acidente não tivesse ocorrido. Se o ônibus tivesse parado totalmente, pela angulação, provavelmente o fusca teria apenas raspado no coletivo e não batido como ocorreu (vide fl. 32 e seguintes).

À guisa de conclusão, pelo meu voto, reconheço a culpa concorrente da vítima e diminuo de metade todas as indenizações fixadas pelo Douto Relator, acompanhando-o em relação aos valores e tipos de indenização, assim como no tocante ao deslinde da denúncia da lide.

Quanto ao Adesivo, acompanho o douto 3º Juiz, votando pelo não conhecimento do recurso.

D) Ante soberana decisão da doughta maioria e, em consonância com ela, passa-se às verbas indenizatórias pleiteadas.

Restou demonstrado que houve concorrência de causas, na medida em que a conduta da vítima e do preposto da ré foram, igualmente, preponderantes para a ocorrência do acidente, de onde se extrai também o nexo de causalidade com os danos relatados.

Tais danos devem ser objeto de indenização aos autores, por parte da empresa ré, ex vi do que dispõem os arts. 186 e 927, do Código Civil. Porém, reconhecida a culpa concorrente, não em sua totalidade, posto que, nos termos do art. 945 do Código Civil, "Se a vítima tiver concorrido culposamente para o evento danoso, a sua indenização será fixada tendo-se em conta a gravidade de sua culpa em confronto com a do autor do dano.""

Isso assentado, no que diz respeito à pensão mensal alimentícia decorrente do ato ilícito, observo que o vínculo profissional de Celio Fernandes de Assis, bem como os rendimentos mensais por ele auferidos em vida, restaram bem demonstrados nos autos.

Neste sentido, a CTPS de fls. 18/19, o demonstrativo de pagamento de fls. 20 e o termo de rescisão de contrato de trabalho (fls. 21) dão conta de que Celio trabalhava como supervisor para a empresa RJN Santos Pesquisas, tendo sido admitido dias antes do acidente, mediante a remuneração mensal de R\$ 1.500,00.

Destarte, tais documentos fazem prova da atividade remunerada, máxime considerando a ausência de impugnação específica, bem como a inexistência de incidente de falsidade instaurado pela parte adversa.

No mais, há que se considerar adequada a fração de 2/3 pretendida pelos autores a título de pensão, por já contemplar eventuais gastos pessoais do genitor dos co-autores, razoavelmente presumidos em 1/3 de seus ganhos.

Outrossim, o fato da autora, esposa da vítima, contribuir com as despesas comuns não minora a responsabilidade da requerida pelo pagamento de pensão alimentícia decorrente da morte do genitor, máxime considerando que Celio tem obrigação legal de prestar alimentos exatamente por conta da paternidade.

É certo que a Constituição de 1988, como bem observa Humberto Theodoro Júnior, em artigo publicado em RT - 662/15, simplesmente aboliu a figura da chefia da sociedade conjugal, procurando eliminar a família patriarcal, em que a vontade do marido (ou companheiro) era a última palavra; para adotar, em substituição, a família corporativa, "na qual as decisões de interesse da comunidade doméstica são tomadas por decisão conjunta do marido e da mulher."

Como decorrência da completa igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges, o dispositivo contido no art. 233, inc. IV, do CC de 1916, acabou por ser revogado, não se podendo mais considerar o homem (marido ou ex-marido; companheiro ou ex-companheiro), como mantenedor da mulher (esposa ou ex-esposa; companheira ou ex-companheira) ou da família.

Não obstante, não pode deixar de ser reconhecido, ex vi do que dispõe o art. 335, do CPC, de 1973, vigente quando da prolação da r. sentença e interposição do recurso, que os autores acabaram sofrendo percalços financeiros com perda do pai, que contribuía diretamente com o sustento da unidade familiar.

Em outras palavras, é impossível, face ao montante dos ganhos, a sobrevivência da família com o salário de apenas um dos genitores.

Bem por isso, não pode prosperar, in casu, com a máxima vênia, a tese defensiva da ré de que o montante fixado deve ser reduzido por conta de eventual contribuição alimentícia da genitora e esposa do falecido.

Com efeito, existe nas hipóteses de famílias de baixa renda como a dos autores, beneficiários da justiça gratuita (43), presunção de auxílio mútuo.

Nesse sentido, a jurisprudência, inclusive do C.STJ. A propósito, veja-se:

"RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. MORTE DE PASSAGEIRO EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. VIOLAÇÃO DO

ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INEXISTÊNCIA. VIÚVA E PAIS DA VÍTIMA. PRESUNÇÃO DE DEPENDÊNCIA. PENSIONAMENTO. DANOS MORAIS. CABIMENTO. DECURSO DE TEMPO PARA PROPOSITURA DA AÇÃO QUE DEVE SER LEVADO EM CONSIDERAÇÃO NA FIXAÇÃO DO VALOR DA CONDENAÇÃO. PRECEDENTES.

1. A divergência jurisprudencial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, nos termos do art. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e do art. 255, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o Tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3 - No que se refere aos danos materiais, a jurisprudência desta Corte Superior há muito converge no sentido de que, nas famílias de baixa renda, há presunção relativa de dependência econômica entre seus membros, notadamente em razão da dificuldade da sobrevivência da família com o salário de apenas um deles.

Quanto aos genitores, a presunção de assistência vitalícia dos filhos diminui depois que o filho completa 25 anos de idade ou constitui sua própria família, como na hipótese. Precedentes.

4 - Nos termos da orientação desta Corte, o direito à indenização por dano moral não desaparece com o decurso de tempo (desde que não transcorrido o lapso prescricional), mas é fato a ser considerado na fixação do valor da condenação.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA PODER JUDICIÁRIO São Paulo 5 - "A demora na busca da reparação do dano moral é fator influente na fixação do quantum indenizatório, a fazer obrigatória a consideração do tempo decorrido entre o fato danoso e a propositura da ação" (EResp nº 526.299/PR, Corte Especial, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, DJe 5/2/2009).

6 - Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. (...) Buscam os pais e a viúva pensionamento desde a data do óbito (24/11/1989), com base na ofensa ao art. 1.537 do Código Civil de 1916 (atual art. 948 do CC/2002), pois a dependência econômica da família em relação à vítima é presumida, o que exigiria a condenação da ré ao pagamento de pensão mensal.

De fato, no que se refere aos danos materiais, a jurisprudência desta Corte Superior há muito converge no sentido de que, nas famílias de baixa renda, é comum a dependência econômica entre seus membros, notadamente em razão da dificuldade da sobrevivência da família com o salário de apenas um deles. Logo, irrelevante se o salário da vítima era ou não dispensável para a economia familiar.

Em tempos atuais, por menor que seja a renda, ela sempre será necessária de alguma forma para a manutenção da família, sendo presumida a assistência econômica recíproca.

[...]

Ante todo o exposto, há que se admitir a fixação de pensão à fração de 2/3 dos rendimentos líquidos da vítima.

Superior Tribunal de Justiça

Porém, reconhecida a culpa concorrente, a pensão, ex vi do que dispõe o art. 945, do CC, acima mencionado, deve ser reduzida pela metade, ficando fixada em caráter definitivo em 1/3 dos rendimentos líquidos da vítima.

Outrossim, deve ser reconhecido o direito à inclusão do 13º salário à pensão mensal, posto que demonstrado que a vítima era assalariada.

É certo que, examinando a inicial, verifica-se que os autores pleitearam, como se vê a fls. 08, a condenação da ré ao pagamento de pensão correspondente a 2/3 do que percebia mensalmente a vítima.

Porém, ao tratar da interpretação dos pedidos, o C. STJ firmou entendimento de que "a interpretação do pedido deve ser guiada por duas balizas: de um lado, a contextualização do pedido, integrando-o ao inteiro teor da petição inicial, de modo a extrair a pretensão integral da parte; e de outro lado, a adstrição do pedido, atendendo-se ao que foi efetivamente pleiteado, sem ilações ou conjecturas que ampliem seu objeto" (STJ-3a. T., REsp 1.155.274, Min. Nancy Andrighi, j. 8.5.12, DJ 15.5.12).

Destarte, embora o pedido deva ser interpretado restritivamente, sua contextualização ao inteiro teor da petição inicial, é de rigor.

Neste sentido, a inicial traça um paralelo da pensão pleiteada com aquilo que a vítima "percebia mensalmente" em vida.

Ora, sendo a vítima assalariada, de rigor admitir que o 13º salário integrava seus rendimentos e, portanto, devem ser considerados como abrangidos no pedido deduzido na inicial, aliás, conforme já decidido pelo C. Superior Instância.

Relativamente ao período de incidência da pensão à viúva e co-autora, observo que a idade considerada pelo IBGE, como sendo a de expectativa de vida para o brasileiro, é de 74 anos, e não 75, como pretendem os autores. A propósito, confira-se: ftp://ftp.ibge.gov.br/Tabuas_Completas_de_Mortalidade.

Outrossim, faz jus a viúva (co-autora) ao acréscimo à sua quota, da pensão dedicada aos filhos, após a cessação da benesse a eles, em virtude do direito de crescer.

Em suma, de rigor, a atribuição de 1/6 da pensão devida em favor dos filhos e 1/6 em favor da viúva, assegurado o direito desta última, de crescer.

Presumida a solvabilidade da empresa ré, os autores, beneficiários da pensão, deverão ser incluídos em folha de pagamento desta última para percepção das pensões vincendas.

Outrossim, o montante correspondente às pensões vencidas, que será apurado em sede de cumprimento de sentença, deverá ser devidamente corrigido e acrescido de juros de mora, mês a mês, -observado o vencimento de cada qual, pois em se tratando de responsabilidade extracontratual, "os juros de mora fluem a partir do evento danoso" (Súmula 54 do C. STJ) e a correção monetária a partir da data do efetivo prejuízo (Súmula 43 do C. STJ).

Relativamente aos danos morais, inexistente dúvida sobre sua caracterização.

Como cediço, a existência do dano, ainda que não repercuta no patrimônio do lesado, mas em outros interesses "de ordem biológica, espiritual, ideal ou moral" (SOSA. Rabindranath Valentino Aleixo Capelo de. O Direito Geral de Personalidade. Coimbra: Coimbra Editora, 1995, p. 458.), é pressuposto essencial para configurar a

obrigação em reparar, na forma de indenização ou de compensação, isto porque, não há responsabilidade civil sem dano.

De fato, o falecimento do ente querido em razão do acidente provocado pela conduta culposa do preposto da requerida acarretou verdadeira tragédia que se abateu sobre no seio da família da vítima. Trata-se de situação em que a doutrina aponta como sendo de dano moral puro, cuja comprovação é dispensável em razão da própria situação, da qual deflui a responsabilidade da requerida em repará-los.

No tocante à sua quantificação, como já assentado em iterativa jurisprudência, a indenização por dano moral tem natureza compensatória e visa proporcionar ao ofendido um bem estar psíquico pela ofensa propriamente dita, mas, não enriquecê-lo.

Outrossim, o arbitramento da indenização deve levar em conta não só as consequências do fato para o ofendido, mas, também, a situação econômica do ofensor, além de sua culpabilidade.

Por fim, é necessário considerar o caráter pedagógico da indenização por dano moral, que deve ser suficiente para desencorajar futuras repetições da mesma conduta pelos condenados.

Como ensina Caio Mario da Silva Pereira, a indenização em questões da espécie, deve ser constituída de soma compensatória "nem tão grande que se converta em fonte de enriquecimento, nem tão pequena que se torne inexpressiva." (Responsabilidade Civil, 2a edição, Forense, 1990, pág. 67).

In casu, como visto, as consequências do ato ilícito foram graves.

Em verdade, não há como mensurar a dor e o sofrimento experimentados pelos autores, esposa e filhos do falecido. Bem por isso, qualquer valor pecuniário fixado não compensaria o bem da vida violentado.

Tratando-se, pois, de ofensa moral das mais graves, de rigor a fixação de quantia elevada, também tendo em vista os demais critérios mencionados.

Em casos análogos, o C. Superior Tribunal de Justiça tem considerado adequada a fixação de indenização entre 100 a 500 salários mínimos.

In casu, tenho que o valor de R\$ 187.400,00, equivalente a 200 salários mínimos, considerando a unidade federal vigente (R\$ 937,00) atende aos parâmetros de razoabilidade e os critérios jurisprudenciais acima mencionados, notadamente o grau de culpa e as consequências do ilícito.

Outrossim, o valor arbitrado foi previamente graduado a fim de evitar o enriquecimento indevido, situação indesejada pelo ordenamento jurídico vigente.

Destarte, considerando a culpabilidade da ré e as consequências do ilícito, sopesados, porém, a finalidade de indenização, afigura-se razoável a fixação de indenização em valor equivalente a 200 salários mínimos, qual seja, R\$ 187.400,00, a ser repartido entre os autores.

Todavia, reconhecida a culpa concorrente, o valor da indenização ora fixada, deve ser reduzido pela metade, ficando fixado, em caráter definitivo, em R\$ 93.700,00, a ser repartido entre os autores.

Consigne-se que referida indenização deverá ser corrigida desde a data do arbitramento, ou seja, da prolação do acórdão (Súmula 362

Superior Tribunal de Justiça

do STJ), e acrescido de juros de mora, estes contados do evento danoso (Súmula 54 do STJ).

Ante todo o exposto, de rigor o parcial provimento do recurso e a reforma da sentença, para julgar parcialmente procedente a ação de indenização, declarar a responsabilidade da empresa requerida e condená-la ao pagamento da indenização acima fixada.

Como se depreende, de forma não unânime, a Corte estadual chegou à conclusão, com base no conjunto fático-probatório complexo dos autos, de que houve concorrência de culpas igualmente preponderantes para a consecução do evento danoso, sendo certo, nesse contexto, que a inversão desse entendimento para acolher a tese defensiva – irresponsabilidade do motorista e da permissionária – implicaria, inequivocamente, na reapreciação dos fatos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

No que diz respeito ao pleito de redução do *quantum* dos danos morais, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem se firmado no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais será revisto somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou excessiva, em desacordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não ocorre no caso dos autos.

Desse modo, a fixação de indenização em R\$ 93.700,00 (noventa e três mil e setecentos reais), a título de danos morais, a ser dividido entre os recorridos pelo reconhecimento da culpa concorrente diante do acidente automobilístico sofrido pelo pai do autor, que o levou a óbito, não se mostra desproporcional, mas condizente com as peculiaridades do caso concreto, e sua revisão implica a incidência da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CABO DE TELEFONIA. ACIDENTE DE VEÍCULO. CONFIGURAÇÃO DO DANO MORAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. REDUÇÃO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. DESCABIMENTO. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. É inviável o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.
2. No caso concreto, a Corte de origem concluiu que o acidente sofrido pela parte autora foi causado por fio telefônico de

propriedade da recorrente, a qual não se desincumbiu de seu ônus probatório. Alterar esse entendimento demandaria reexame do contexto fático, vedado em recurso especial.

3. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice, para possibilitar a revisão. No caso, o montante estabelecido pelo Tribunal a quo não se mostra excessivo, a justificar sua reavaliação em recurso especial.

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.156.887/SP, Relator o Ministro Antônio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 14/3/2018)

PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ATROPELAMENTO. CULPA CONCORRENTE RECONHECIDA PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 7/STJ. DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. JUROS DE MORA. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL. SÚMULA N. 54/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

2. O Tribunal de origem, com fundamento nos fatos e nas provas dos autos, concluiu que o atropelamento decorreu de culpa concorrente da vítima e do condutor do ônibus. Alterar esse entendimento, para reconhecer a culpa exclusiva da vítima, demandaria reexame do conjunto fático-probatório dos autos, vedado em recurso especial.

3. Apenas em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice, para possibilitar a revisão. No caso, o montante estabelecido pelo Tribunal de origem não se mostra desproporcional, a justificar sua reavaliação em recurso especial.

4. Tratando-se de responsabilidade extracontratual, os juros de mora incidem desde a data do evento danoso (Súmula n. 54 do STJ).

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 726.850/MS, Rel. Ministro Antônio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 30/8/2018, DJe 5/9/2018)

Ademais, não se pode conhecer do recurso pela alínea *c*, uma vez que, aplicada a Súmula 7/STJ quanto à alínea *a*, fica prejudicada a divergência jurisprudencial, pois as conclusões divergentes decorreriam das circunstâncias específicas de cada processo, e não do entendimento diverso sobre uma mesma questão legal.

No tocante à pensão mensal, cumpre reconhecer a sua fixação adequada às circunstâncias do caso em desfile, sendo imperioso o reexame de provas para alterar os

Superior Tribunal de Justiça

fundamentos e justificativas apresentados pela Corte estadual, e sua revisão implicaria necessariamente no óbice das Súmulas 7 e 83 do STJ, sobretudo no que tange à presunção de dependência econômica dos recorridos, por ser família de baixa renda.

Vejam-se:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRADIÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES NÃO CONFERIDOS. NÃO ACOLHIMENTO DO PLEITO RECURSAL. PENSIONAMENTO MENSAL. DEPENDÊNCIA. FAMÍLIA DE BAIXA RENDA. PRESUNÇÃO. SÚMULA N. 83/STJ.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.
2. A dependência econômica entre os integrantes de família de baixa renda é presumida para fins de pensionamento mensal. Incidência da Súmula n. 83/STJ.
3. Embargos acolhidos sem efeitos infringentes. (EDcl no AREsp 549.222/SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 24/11/2015, DJe 27/11/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PENSÃO MENSAL. MORTE DO FILHO. FAMÍLIA DE BAIXA RENDA. PRESUNÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DOS PAIS. VALOR DO DANO MORAL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RAZOABILIDADE NA FIXAÇÃO DO *QUANTUM*. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que, em se tratando de família de baixa renda, há presunção de dependência econômica entre seus membros, de modo que se presume que o filho contribuía para o sustento de seus pais. Precedentes.
2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.
3. A análise da insurgência contra o valor arbitrado a título de indenização por danos morais e honorários advocatícios esbarra na vedação prevista na referida súmula. Apenas em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisória ou exorbitante as quantias fixadas, é possível a revisão do *quantum* por esta Corte, situação não verificada no caso dos autos.
4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 151.496/SP, Rel. Ministro Antônio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 18/11/2014, DJe 25/11/2014).

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO

ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. QUEDA DE COMPOSIÇÃO FERROVIÁRIA. VÍTIMA FATAL. ALEGAÇÃO DE CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. DANO MATERIAL. PRESUNÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DOS FILHOS MENORES. DESNECESSIDADE DE PROVA DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE LABORATIVA. FAMÍLIA DE BAIXA RENDA. SÚMULA 83/STJ. DANOS MORAIS. VALOR RAZOÁVEL. 1. Inviável o recurso especial cuja análise das razões impõe reexame do contexto fático-probatório da lide, nos termos da vedação imposta pelo enunciado nº 7 da Súmula do STJ. 2. É presumida a dependência econômica dos filhos menores e dependentes da vítima ao tempo do acidente. 3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de, em se tratando de família de baixa renda, há presunção de dependência econômica entre seus membros, de modo que o direito ao pensionamento não pode ficar restrito à comprovação objetiva do salário que recebia a vítima à data do óbito, motivo pelo qual se presume que não seria menos do que um salário mínimo. Incidência da Súmula 83 do STJ. 4. A jurisprudência desta Corte Superior admite, excepcionalmente, em recurso especial, o reexame do valor fixado a título de danos morais, quando ínfimo ou exagerado. Hipótese, todavia, em que a verba indenizatória, consideradas as circunstâncias de fato da causa, foi estabelecida pela instância ordinária em conformidade com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp n. 495.439/RJ. Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 24/6/2014, DJe 1/8/2014)

Ademais, não merece prosperar a insurgência no tocante à incidência dos juros de mora, tendo em vista que a jurisprudência do STJ possui entendimento no sentido de que, no caso de ilícito extracontratual, os juros de mora devem incidir a partir do evento danoso, nos termos da Súmula 54/STJ.

Nesse sentido:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO NCPC. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANO MORAL, MATERIAL E ESTÉTICO. PROCEDÊNCIA. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. RELAÇÃO EXTRACONTRATUAL. DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA Nº 54 DO STJ. PRECEDENTES. INCIDÊNCIA DA MULTA PREVISTA NO ART. 1.021, § 4º DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos no Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Superior Tribunal de Justiça

2. O termo inicial de juros de mora nos casos de indenização por danos morais por responsabilidade extracontratual é o evento danoso, conforme Súmula nº 54/STJ, segundo a qual os juros moratórios fluem a partir do evento danoso em caso de responsabilidade extracontratual. Precedentes.

3. Estando o acórdão recorrido em dissonância com a jurisprudência dominante desta Corte, incide, no ponto, a Súmula nº 568 do STJ, segundo a qual, o relator, monocraticamente, e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

4. Em virtude do não conhecimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, aplica-se ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

5. Agravo interno não provido, com imposição de multa. (AgInt no REsp 1.735.493/SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 21/8/2018, DJe 31/8/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. SÚMULA Nº 283/STF. PROVAS. DANOS MORAIS. SÚMULA Nº 7/STJ. TERMO INICIAL. JUROS MORATÓRIOS. SÚMULA Nº 54/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

3. Rever a conclusão do aresto impugnado acerca das provas produzidas nos autos encontra óbice, no caso concreto, na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. O termo inicial dos juros moratórios inicia-se da data do evento danoso, quando decorrente de ato ilícito proveniente de responsabilidade extracontratual.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.182.938/MS, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 21/8/2018, DJe 27/8/2018 - sem grifo no original)

Incide, na hipótese, a Súmula 83/STJ.

À vista dessas considerações, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários fixados na origem em R\$ 1.000,00 (mil reais).

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

